



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

**RELACI - RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO**

**Emitente:** Unidade de Controle Interno - Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES

**Unidade Gestora:** Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES

**Gestor responsável:** SANDRA REGINA BEZERRA GOMES

**Exercício:** 2025

**1 – Introdução**

A Unidade de Controle Interno - UCI da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES, através do Plano Anual de Auditoria Interna para 2025 (PAAI - 2025), planejou ações de auditoria a serem executadas ao longo do exercício de 2025, tendo como objetivo a realização de auditorias preventivas, detectivas e corretivas nas áreas: Orçamentária, Contábil-Financeira, Recursos Humanos, Patrimônio, Compras, Almoxarifado, Contratos e Administração em geral.

Os procedimentos e as técnicas de controle utilizadas foram: verificações de processos, comparações de valores, confronto de informações e averiguações diversas, que permitiram obter evidências ou provas suficientes e adequadas para analisar as informações para a formulação e fundamentação da opinião da UCI para emissão desse relatório.

Os controles preventivos foram realizados ao tempo dos atos, procedimentos ou processos, com o objetivo de atenuar possíveis impropriedades na execução dos mesmos.

Os demais controles analisaram os procedimentos a “posteriori” de sua realização, e visavam a conferência dos princípios básicos da Administração Pública e aplicação das demais normas pertinentes.

As análises da Unidade de Controle Interno tiveram por finalidade precípua esclarecer questões conflitantes e irregulares, cientificando as Unidades Administrativas da importância em submeterem-se às normas vigentes.

A Tabela Referencial 1 que segue elenca objetos selecionados para avaliação na UG, bem como os demais itens avaliados pelo Controle Interno.



## 1. Itens abordados

### 1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.1.2	Despesa - realização sem pré-vio empenho Despesa - realização sem pré-vio empenho	Processos de despesas - 404 empenhos	Lei 4.320/1964, art. 60	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho por meio de verificação e análise documental.	R\$ 2.850.298,70	R\$ 2.850.298,70

**NOTA** - Não foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho, conforme verificação e análise documental.

### 1.2. Gestão Previdenciária

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.2.1	Registro por competência - despesas previdenciárias patronais	Empenhos: 29, 57, 94, 132, 153, 183, 201, 241, 278, 315, 356, 384, 404	<ul style="list-style-type: none"><li>• CF/88, art. 40.</li><li>• LRF, art. 69.</li><li>• Lei 9.717/1998, art. 1º.</li><li>• Lei 8.212/1991</li><li>• Lei Local</li><li>• Regime de competência</li></ul>	Verificar se foram realizados os registros orçamentários e patrimoniais das despesas com obrigações previdenciárias, decorrente dos encargos patronais da entidade com alíquotas normais, alíquotas suplementares ou aportes atuariais, observando o regime de competência.	R\$ 338.852,93	R\$ 338.852,93



**NOTA** - As despesas previdenciárias patronais (RGPS) foram registradas observando o regime de competência, conforme análise documental realizada.

1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Pagamentos nºs: 24, 25, 74, 115, 180, 181, 225, 226, 275, 323, 376, 432, 488, 560, 594, 646	<ul style="list-style-type: none"><li>• CF/88, art. 40.</li><li>• LRF, art. 69.</li><li>• Lei 9.717/1998, art. 1º.</li><li>• Lei 8.212/1991</li><li>• Lei Local</li><li>• Regime de competência</li></ul>	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade com alíquotas normais, alíquotas suplementares ou aportes atuariais decorrentes do plano de amortização do déficit atuarial.	R\$ 338.852,93	R\$ 338.852,93
-------	---	---	---	---	----------------	----------------

**NOTA** - A Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES é regida pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, que tem suas políticas elaboradas pelo Ministério da Previdência Social (MPS) e executadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Considerando o RGPS, a parte patronal sobre contribuições previdenciárias foi apurada mensalmente e recolhida regularmente, com o devido registro contábil.

No exercício sob análise, conforme análise documental realizada, as despesas com obrigações patronais foram de R\$ 338.852,93 (trezentos e trinta e oito mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e noventa e três centavos).

1.2.3	Registro por competência - multas e juros por atraso de pagamento	Sem dados a verificar	<ul style="list-style-type: none"><li>• CF/88, art. 40.</li><li>• LRF, art. 69.</li><li>• Lei 9.717/1998, art. 1º.</li><li>• Lei 8.212/1991</li><li>• Lei Local</li><li>• Regime de competência</li></ul>	Verificar, por meio de análise documental, se houve o registro por competência das despesas orçamentárias e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) com multa e juros decorrentes do atraso no pagamento das obrigações previdenciárias.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
-------	---	-----------------------	---	---	----------	----------

**NOTA** - Não ocorreu em 2025 multas e juros por atraso de pagamento das obrigações previdenciárias.

1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias	Pagamentos nºs: 26, 73, 114, 179,	<ul style="list-style-type: none"><li>• CF/88, art. 40.</li><li>• LRF, art. 69.</li><li>• Lei 9717/98 art. 1º.</li><li>• Lei 8.212/1991</li></ul>	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias de servidores na folha de pagamento e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	R\$ 155.400,77	R\$ 155.400,77
-------	--	-----------------------------------	---	---	----------------	----------------



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL**

	denciárias - parte servidor	224, 274, 322, 377, 431, 487, 559, 593, 645	• Lei Local			
<b>NOTA</b> - As contribuições previdenciárias dos servidores estão sendo recolhidas regularmente, com o devido registro contábil. No exercício sob análise, conforme análise documental realizada, o valor de INSS apurado, retido e recolhido de servidores foi de R\$ 155.400,77 (cento e cinquenta e cinco mil e quatrocentos reais e setenta e sete centavos).						
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	Sem dados a verificar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• CF/88, art. 40.</li> <li>• LRF, art. 69.</li> <li>• Lei 9717/1998 art. 1º.</li> <li>• Lei 8.212/1991</li> <li>• Lei Local</li> <li>• Regime de competência</li> </ul>	Verificar, por meio de análise documental, se os parcelamentos de débitos previdenciários: a) estão sendo regis-trados como passivo da entidade; b) es-tão sendo registrados como ativo a re-ceber no <b>RPPS</b> ; c) se seu saldo total está sendo corrigido mensalmente, por índice oficial e registrado como passivo no ente devedor e como ativo no <b>RPPS</b> ; d) se estão sendo registrados mensalmente os juros incidentes sobre o saldo devedor no ente devedor e como ativo no <b>RPPS</b> ; e) se as parcelas estão sendo pagas tempestivamente.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>NOTA</b> - Conforme análise documental realizada, a CM de Laranja da Terra/ES não tem RPPS e tampouco parcelamentos de débitos previdenciários no exercício em questão.						
1.2.8	Medidas de Cobrança - Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber	Sem dados a verificar	Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF	Avaliar, por meio de análise documental, se as obrigações previdenciárias não re-colhidas pelas unidades gestoras foram objeto de medidas de cobrança para a exigência das obrigações não	R\$ 0,00	R\$ 0,00



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL**

adimplidas pelo gestor do **RPPS** e pelo Controle Interno.

**NOTA** - Conforme análise documental realizada, a CM de Laranja da Terra/ES não tem RPPS nem Medidas de Cobrança - Créditos Previdenciários a Receber e Parcelamentos a Receber.

**1.3. Gestão patrimonial**

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis - registro contábil e compatibilidade com inventário.	Tabelas Mensais/Anuais oriundas dos Sistemas de Almoxarifado e Patrimônio e Balanço Patrimonial	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Verificar se foi levantado o inventário anual dos bens em estoque, móveis, imóveis e se os registros patrimoniais foram evidenciados no Balanço Patrimonial, bem como se foram evidenciados os registros patrimoniais das variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Bens em Estoque: R\$ 12.254,14 Bens Móveis: R\$ 297.878,05 Bens Imóveis: R\$ 0,00 Bens Intangíveis: R\$ 0,00	Bens em Estoque: R\$ 12.254,14 Bens Móveis: R\$ 297.878,05 Bens Imóveis: R\$ 0,00 Bens Intangíveis: R\$ 0,00

**NOTA** - As demonstrações contábeis da CM de Laranja da Terra/ES correspondem à integralidade dos bens em estoque e dos bens móveis que possuímos em compatibilidade com os inventários anuais, bem como as variações decorrentes de avaliação efetuada e depreciações realizadas, conforme análise documental realizada. Não temos bens imóveis e/ou intangíveis.

1.3.2	Bens móveis, imóveis e intangíveis - Registro e controle	Tabelas mensais provenientes do Sistema Informatizado de Patrimônio e Balanço Patrimonial	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo re-alizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de a-	Bens Móveis: R\$ 297.878,05 Bens Imóveis: R\$ 0,00 Bens Intangíveis:	Bens Móveis: R\$ 297.878,05 Bens Imóveis: R\$ 0,00 Bens Intangíveis:
-------	--	---	--------------------------	--	--	--



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

				gente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>NOTA</b> - A CM de Laranja da Terra/ES tem mantido registrados e controlados os bens que possui, sendo que na Estrutura Administrativa do órgão, o departamento responsável por sua guarda e administração é a Secretaria Geral da Câmara. O valor depreciado, apurado mensalmente, é reconhecido nas contas de resultado do exercício, conforme observação direta e análise documental realizada.						
1.3.3	Disponibilidades financeiras - depósito e aplicação	Registro dos Re-passes referentes a duodécimos mensais, Livro Caixa do sistema e extratos bancários	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	R\$ 3.407.933,95	R\$ 3.407.933,95
<b>NOTA</b> - As disponibilidades financeiras foram depositadas em instituição financeira oficial, a saber: Banco do Estado do Espírito Santo - BANESTES/SA, Agência 0186, Conta Corrente/Aplicação 3.488.533, rendendo ao longo do ano R\$ 61.129,07 (sessenta e um mil, cento e vinte e nove reais e sete centavos).						
1.3.4	Disponibilidades financeiras - depósito e aplicação	Livro Caixa do sistema contábil e extratos bancários	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Confrontar os valores registrados nas contas correntes e aplicações financeiras com os extratos bancários no final do exercício.	R\$ 214.948,55	R\$ 214.948,55
<b>NOTA</b> - As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras, estando devidamente conciliados pelo Departamento Contábil/Financeiro. O saldo bancário em 31/12/25 corresponde a RPNN (R\$204.719,56) e empréstimo consignado em FP (R\$ 10.228,99).						
1.3.7	Obrigações contraídas no último ano de mandato	Empenhos realizados	LC 101/2000, art. 42.	Avaliar se o titular do Poder contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no	R\$ 2.850.298,70	R\$ 2.850.298,70



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.

**NOTA** - O titular do Poder não contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no exercício seguinte, sem suficiente disponibilidade de caixa.

#### 1.4. Limites constitucionais e legais

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.4.6	Despesas com pessoal - abrangência	Folhas de Paga-mento Mensais e e-Social, com observação da RCL do Município	LC 101/2000, art. 18.	Avaliar se todas as despesas com pessoal, inclusive mão-de-obra terceirizada que se referem à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.	R\$ 1.963.231,45	R\$ 1.963.231,45
1.4.7	Despesas com pessoal - limite	Folhas de Paga-mento Mensais e e-Social, observando a RCL do Município	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	R\$ 1.963.231,45	R\$ 1.963.231,45

**NOTA** - Todas as despesas com pessoal (Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil, Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil, e Obrigações patronais) foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF. NÃO houve terceirização de mão-de-obra referente à substituição de servidores.

**NOTA** - Os limites de Despesas com Pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 da LRF foram observados, conforme análise documental realizada, pois na esfera municipal o Poder Legislativo não poderia exceder a 6% (seis por cento) do total da RCL Ajustada do Município.





Assim, o valor apurado de R\$ 1.963.231,45 (um milhão, novecentos e sessenta e três mil, duzentos e trinta e um reais e quarenta e cinco centavos) correspondente ao valor das Despesas com Pessoal está dentro dos limites, representando 2,53% (dois inteiros e cinquenta e três centésimos por cento) de uma Receita Corrente Líquida Ajustada de R\$ 77.709.704,84 (setenta e sete mil, setecentos e nove reais, setecentos e e quatro reais e oitenta e quatro centavos).

1.4.8	Despesas com pessoal - descumprimento de limites - nulidade do ato	Folhas de Paga-mento Mensais e Social, observando a Receita Corrente Líquida do Município	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.	R\$ 1.963.231,45	R\$ 1.963.231,45
-------	--	---	-----------------------	---	---------------------	---------------------

**NOTA -** NÃO foram praticados atos que incidiram em aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF, conforme análise documental realizada.

1.4.9	Despesas com pessoal - aumento de despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato - nulidade do ato	Folhas de Pagamento Mensais e outros processos internos	LC 101/2000, art. 21, parágrafo único.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder.	R\$ 1.963.231,45	R\$ 1.963.231,45
-------	---	---	--	--	---------------------	---------------------

**NOTA -** Não se aplica ao exercício.

1.4.10	Despesas com pessoal - limite prudencial - vedações	Folhas de Paga-mento Mensais e Social, obser-	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo	R\$ 1.963.231,45	R\$ 1.963.231,45
--------	---	---	--	--	---------------------	---------------------





**CÂMARA MUNICIPAL - LARANJA DA TERRA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL**  
**do Município**

único, incisos I a V, da LRF foram observadas.

**NOTA** - As despesas totais com pessoal, no valor de R\$ 1.963.231,45 (um milhão, novecentos e sessenta e três mil, duzentos e trinta e um reais e quarenta e cinco centavos) NÃO excederam a 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo permitido para o Poder (95% de 6% de R\$ 77.709.704,84 = R\$ 4.429.453,18 (quatro milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e dezoito centavos), conforme análise documental realizada.

1.4.11	Despesas com pessoal - extra-polação do limite - providências/medidas de contenção	Folhas de Paga-mento Mensais e e-Social, observando a RCL do Município	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF 88) foram adotadas.	R\$ 1.963.231,45	R\$ 1.963.231,45
--------	--	--	---	--	---------------------	---------------------

**NOTA** - As Despesas Totais com Pessoal NÃO ultrapassaram o limite máximo de R\$ 4.662.582,29 (quatro milhões, seiscentos e sessenta e dois mil, quinhentos e oitenta e dois reais e vinte e nove centavos), correspondente aos 6% (seis por cento) estabelecido no artigo 20 da LRF, para o Poder Legislativo Municipal, visto que estamos no percentual de 2,53% (dois inteiros e cinquenta e três centésimos por cento). NÃO houve extrapolação dos limites, nem de Alerta, nem Prudencial, nem Máximo estabelecidos pela LRF para Despesas com Pessoal, no Poder Legislativo, conforme análise documental realizada, portanto, não sendo necessárias medidas de contenção.

1.4.12	Despesas com pessoal - expansão de despesas - existência de dotação orçamentária - autorização na LDO	Folhas de Paga-mento Mensais e e-Social, observando a RCL do Município	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservando a inexistência: I - de prévia dotação orçamentária suficiente para aten-	R\$ 1.963.231,45	R\$ 1.963.231,45
--------	---	--	--------------------------	---	---------------------	---------------------



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

der às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; II - de autorização específica na LDO, ressalva-das as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

**NOTA** - Conforme análise documental realizada, não houve concessão de vantagem ou aumento de remuneração aos servidores da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES no período em questão inobservando os incisos I e II.

1.4.13	Poder Legislativo Municipal - despesa com folha de pagamento	378	CRFB/88, art. 29 - A, § 1º.	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	R\$ 1.624.378,52	R\$ 1.624.378,52
--------	--	-----	-----------------------------	--	---------------------	---------------------

**NOTA** - O gasto total com a Folha de Pagamento da Câmara Municipal foi de R\$ 1.624.378,52 (um milhão, seiscentos e vinte e quatro mil, trezentos e setenta e oito reais e cinquenta e dois centavos), NÃO ultrapassando, portanto, os 70% (setenta por cento) dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício -> R\$ 3.407.933,95 (três milhões, quatrocentos e sete mil, novecentos e trinta e três reais e noventa e cinco centavos), ficando em 47,66% (quarenta e sete inteiros e sessenta e seis centésimos por cento).

Mas, se considerarmos o valor preliminar do Orçamento, que estava estipulado em R\$ 3.182.517,03 (três milhões, cento e oitenta e dois mil, quinhentos e dezessete reais e três centavos), os R\$ 1.624.378,52 (um milhão, seiscentos e vinte e quatro mil, trezentos e setenta e oito reais e cinquenta e dois centavos) liquidados com Folhas de Pagamento representariam 51,04% (cinquenta e um inteiros e quatro centésimos por cento), ou seja, mesmo assim o Art. 29 - A, § 1º, da CRFB/88 foi respeitado.

1.4.17	Despesas com pessoal - subsídio dos vereadores - fixação	Lei Municipal nº 1.111/2024, de 28 de junho de 2024, atualizada pela Lei 1.137/2025, de	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se a fixação do sub-sídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele	R\$ 737.185,88	R\$ 737.185,88
--------	--	---	------------------------------	--	----------------	----------------



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

		16/05/2025, no percentual de 5,53% e Folhas de Pagamento - Janeiro a Dezembro de 2025 Empenhos: 21, 50, 86, 123, 145, 169, 193, 233, 269, 303, 345, 393		fixados e a fixação de uma legislatura para outra.		
<b>NOTA</b> - A fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra, consoante preceitua a Lei Municipal nº 1.111/2024, de 28 de junho de 2024. Houve atualização do valor dos subsídios por meio da Lei Municipal nº 1.137, de 16 de maio de 2025, garantindo assim a revisão geral anual aos vereadores em exercício.						
1.4.18	Despesas com pessoal - subsídio dos vereadores - pagamento	Folhas de Pagamento - Janeiro a Dezembro de 2025 Pagamentos: 16, 61, 105, 167, 210, 254, 306, 361, 409, 468, 532, 615	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.	R\$ 737.185,88	R\$ 737.185,88



**NOTA** - Os pagamentos de Subsídios aos Vereadores obedeceram aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, ou seja, em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores poderia ser 30% (trinta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais, o que foi expressamente observado.

1.4.19	Despesas com pessoal - remuneração vereadores	Empenhos: 21, 50, 86, 123, 145, 169, 193, 233, 269, 303, 345, 393 Pagamentos: 16, 61, 105, 167, 210, 254, 306, 361, 409, 468, 532, 615	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de 5% (cinco por cento) da Receita do Município.	R\$ 737.185,88	R\$ 737.185,88
--------	---	---	-------------------------------	--	----------------	----------------

**NOTA** - O total da despesa com a remuneração dos Vereadores foi de R\$ 737.185,88 (setecentos e trinta e sete mil, cento e oitenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), NÃO ultrapassando o montante de 5% (cinco por cento) da Receita Total do Município.

1.4.20	Poder Legislativo Muni-cipal - despesa total -Cumprimento dos per-centuais definidos no caput do art. 29-A da CRFB/88	Empenhos de 2025	CRFB/88, art. 29 - A.	Avaliar se o total da des-pesa do Poder Legislativo, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultra-passou os percentuais de-finidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao so-matório da receita tribu-tária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159,	R\$ 2.549.217,30	R\$ 2.549.217,30
--------	---	------------------	-----------------------	---	------------------	------------------

**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

efetivamente realizadas  
no exercício anterior.

**NOTA** - O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os Subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, NÃO ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º, do art. 153 e nos Arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior, totalizando R\$ 2.549.217,30 (dois milhões, quinhentos e quarenta e nove mil e duzentos e dezessete reais e trinta centavos).

**1.5. Demais atos de gestão**

<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Selecionada</b>
1.5.1	Documentos integrantes da PCA - compatibilidade com o normativo do TCE	Documentos integrantes da PCA exigidos pela IN TC N° 68/2020 Anexo III, Item 2.4	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Arquivos exigidos pela IN TC N° 68/2020, Anexo III Item 2.4 - Contas das Mesas Direto-ras das Câmaras Municipais	Arquivos exigidos pela IN TC N° 68/2020, Anexo III Item 2.4 - Contas das Mesas Direto-ras das Câmaras Municipais
<b>NOTA:</b> Os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no Item 2.4, da IN 68/2020, regulamentadora da remessa de Prestação de Contas Anual.						
1.5.2	Segregação de funções	Processos Administrativos e Contábeis	CRFB/88, art. 37.	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	Processos Administrativos e Contábeis	Processos Administrativos e Contábeis



**NOTA** - Este princípio é atendido nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização. As atividades são distribuídas dentro das possibilidades (5 divisões/departamentos: Mesa Diretora, Procuradoria, Departamento Contábil e Financeiro, Controladoria e Secretaria Geral da Câmara), buscando sempre a eficiência, eficácia e economicidade para a Câmara Municipal.

1.6.1.1	Extrato consolidado da folha de pagamento	Folhas de Pagamento Mensais e PCFs encaminhadas	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Verificar se os valores informados no Extrato Consolidado da remessa mensal encaminhada ao sistema Cidades Folha de Pagamento (PCF) guardam correlação com os valores registrados no sistema interno de Folha de Pagamento utilizado pela unidade gestora.	Sistema interno de Folhas de Pagamento Mensais e Sistema Cidades Folha de Pagamento  R\$ 1.624.378,52	Sistema interno de Folhas de Pagamento Mensais e Sistema Cidades Folha de Pagamento  R\$ 1.624.378,52
---------	---	---	--	--	---	---

**Nota:** Os valores informados no Extrato Consolidado da remessa mensal encaminhada ao sistema Cidades Folha de Pagamento (PCF) guardam correlação com os valores registrados no sistema interno de Folha de Pagamento utilizado pela unidade gestora, conforme análise documental e revisão analítica.

1.6.1.2	Liquidação da folha de pagamento	Folhas de Pagamento Mensais, Sistema Contábil e PCFs encaminhadas	Lei 4.320/1964, art. 63; e, MCASP.	Verificar se os valores informados no Extrato Consolidado do Cidades Folha de Pagamento (PCF) guardam correlação com os valores contabilizados no sistema contábil utilizado pela unidade gestora.	Sistema interno de Folha de Pagamento, Sistema Contábil e Sistema Cidades	Sistema interno de Folhas de Pagamento, Sistema Contábil e Sistema Cidades
---------	----------------------------------	---	------------------------------------	--	---	--

**Nota:** Conforme análise documental e revisão analítica, os valores informados no Extrato Consolidado do Cidades Folha de Pagamento (PCF) guardam correlação com os valores contabilizados no sistema contábil utilizado pela unidade gestora e encaminhados ao TCEES por meio do Sistema Cidades.



## CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA

### 2. Itens de abordagem complementar

#### 2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.2.8	Despesa pública - criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa - estimativa de impacto orçamentário-financeiro.	Processos Administrativos e Contábeis	LC 101/2000, art. 16.	Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental com consequente aumento da despesa, avaliar se os atos foram acompanhados de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício e nos dois subsequentes e se foram acompanhados por declaração do ordenador de despesas de que o aumento acarretado teve adequação e compatibilidade orçamentária e financeira com a LOA, com o PPA e com a LDO.	R\$ 2.549.217,30	R\$ 2.549.217,30

**NOTA** - Houve expansão de ação governamental com consequente aumento da despesa com relação à Revisão Geral Anual do Legislativo. O ato foi acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício e nos dois subsequentes e foram acompanhados por declaração do ordenador de despesas de que o aumento acarretado teve adequação e compatibilidade orçamentária e financeira com a LOA, PPA e LDO.





2.2.9	Despesa pública - criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa - afetação das metas fiscais.	Processos Administrativos e Contábeis	LC 101/2000, art. 17, § 3º	Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de despesas de caráter continuado, avaliar se fo-ram observadas as condi-ções previstas no artigo 17, § 1º da LRF e se os e-feitos financeiros decor-rentes do ato praticado não afetarão as metas fis-cais dos exercícios seguin-tes e serão compensados por aumento permanente de receitas ou pela redu-ção permanente de des-pesas.	R\$ 2.549.217,30	R\$ 2.549.217,30
-------	--	---------------------------------------	----------------------------	---	------------------	------------------

**NOTA** - Houve expansão de despesas de caráter continuado por meio da Revisão Geral Anual, mas os efeitos financeiros decorrentes dos atos praticados tendem a não afetar as metas fiscais dos exercícios seguintes.

2.2.10	Execução de programas e projetos	Orçamento inicial: R\$ 3.182.517,03	CRFB/88, art. 167, I.	Avaliar se houve execução de programas ou projetos de governo não incluídos na Lei Orçamentária Anual.	Total dos Programas e Projetos/ Atividades  R\$ 3.182.517,03	Total dos Programas e Projetos/ Atividades  R\$ 3.182.517,03
--------	----------------------------------	--	-----------------------	--	--	--

**NOTA** - Não ocorreu em 2025, no orçamento da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES, execução de programas ou projetos de governo não inclusos na Lei Orçamentária Anual (LOA).



2.2.11	Execução de despesas - créditos orçamentários	Orçamento para 2025 R\$ 3.182.517,03	CRFB/88, art. 167, II.	Avaliar se houve realização de despesas ou a assunção de obrigações di-retas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais.	Recebido de duo-décimos: R\$ 3.407.933,95	Recebido de duo-décimos R\$ 3.407.933,95
<b>NOTA</b> - NÃO foram realizadas despesas, tampouco houve assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais. A PMLT repassou financeiramente, ao invés de R\$ 3.182.517,03 (três milhões, cento e oitenta e dois mil, quinhentos e dezessete reais e três centavos) orçado inicialmente, o valor de R\$ 3.407.933,95 (três milhões, quatrocentos e sete mil, novecentos e trinta e três reais e noventa e cinco centavos), valor este devidamente atualizado no exercício financeiro de 2025.						
2.2.13	Créditos adicionais - autorização legislativa para abertura	Decreto nº: 525/2025 - Suplementação por anulação de Outra UG	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional su-plementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	Total: R\$ 140.909,40	Total: R\$ 140.909,40
<b>NOTA</b> - Houve abertura de crédito adicional suplementar no Poder Legislativo com prévia autorização legislativa dada pela <i>alínea a</i> Inciso III, Art. 4º, da Lei Municipal 1.118/2024, de 11/12/2024, que “ <i>Estima a receita e fixa a despesa do município de Laranja da Terra para o exercício financeiro de 2025</i> ”.						
2.2.18	Realização de investimentos plurianuais	Empenhos rea-lizados em 2025	CRFB/88, art. 167, § 1º.	Avaliar se foram iniciados investimentos cuja execu-ção ultrapasse um exercício financeiro sem pré-via inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão.	R\$ 2.850.298,70	R\$ 2.850.298,70



**NOTA** - Não foram iniciados investimentos cuja execução ultrapassasse o exercício financeiro sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorizasse a inclusão.

2.2.24	Escrituração e consoli-dação das contas pú-blicas	Registros do Sis-tema Informa-tizado de Conta-bilidade	LC 101/2000, art. 50 / Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP-EC c/c / NBC-T 16	Avaliar se a escrituração e consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as normas bra-sileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.	R\$ 2.850.298,70	R\$ 2.850.298,70
--------	---	--	--	---	------------------	------------------

**NOTA** - Por meio de análise documental verificou-se que a consolidação contábil das contas públicas obedeceu ao que dispõe o artigo 50 da LRF e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

2.2.28	Pagamento de passivos - ordem cronológica das exigibilidades	Pagamentos realizados em 2025	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Avaliar se os passivos es-tão sendo pagos em or-dem cronológica de suas exigibilidades.	R\$ 2.549.217,30	R\$ 2.549.217,30
--------	--	-------------------------------	--	---	------------------	------------------

**NOTA** - A Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES manteve os pagamentos em ordem cronológica de suas exigibilidades, conforme verificação documental e registros do sistema contábil.

2.2.29	Déficit orçamentário - medidas de contenção	Processos Administrativo s e Contábeis 2025	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimen-tação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	R\$ 2.850.298,70	R\$ 2.850.298,70
--------	---	---	-----------------------	--	------------------	------------------

**NOTA** - NÃO foram expedidos atos de limitação de empenho, uma vez que os limites legais estavam longe de serem atingidos.





2.2.34	Despesa - auxílios, contribuições e subvenções.	Empenhos re-realizados em 2025	Legislação específica.	Avaliar se houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica.	R\$ 2.850.298,70	R\$ 2.850.298,70
--------	---	--------------------------------	------------------------	---	------------------	------------------

**NOTA:** Conforme análise documental, não houve concessão de auxílios, contribuições ou subvenções a entidades privadas sem previsão na LDO, na LOA e em lei específica.

2.2.35	Despesa - subvenção social.	Empenhos re-realizados em 2025	Lei 4.320/1964, art. 16.	Avaliar se a concessão de subvenção social obedeceu ao disposto no art. 16, da Lei Federal nº 4.320/1964, especialmente no que se refere o seu parágrafo único.	R\$ 2.850.298,70	R\$ 2.850.298,70
--------	-----------------------------	--------------------------------	--------------------------	---	------------------	------------------

**NOTA:** Conforme análise documental, não ocorreu no período em questão.

### 2.3. Gestão patrimonial

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.3.1	Passivos contingentes - reconhecimento de precatórios judiciais	Sem dados a verificar	CRFB/88, art. 100. Lei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c NBC TSP Estrutura Conceitual, item 3.10.	Avaliar se os precatórios judiciais e demais passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial.	12 meses de 2025	12 meses de 2025



**NOTA:** Conforme análise documental, não ocorreu no período em questão.

2.3.2	Dívida pública - precatórios pagamento	Sem dados a verificar	CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial, observando-se as rubricas previstas no PCASP. E se os passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados em contas de controle, observando-se as rubricas previstas no PCASP.	12 meses de 2025	12 meses de 2025
-------	--	-----------------------	--	--	------------------	------------------

**NOTA:** Conforme análise documental, não ocorreu no período em questão.

2.3.5	Cancelamento de passivos	Empenhos realizados em 2025	CRFB/88, art. 37, caput. c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP e NBC T 16.	Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador.	R\$ 2.850.298,70	R\$ 2.850.298,70
-------	--------------------------	-----------------------------	--	--	------------------	------------------

**NOTA -** Conforme análise documental e conferência contábil, não houve cancelamento de passivos em 2025 sem comprovação do fato motivador.

#### 2.4. Limites constitucionais e legais.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
--------	--------------------------	--------------------------------------	------------	--------------	-------------------------------	---------------------



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

2.4.1	Transferências voluntárias exigências	Processos administrativos e contábeis de 2025.	LC 101/2000, art. 25, § 1º	Avaliar se houve realização de transferências voluntárias <b>para outro Ente da Federação</b> e, no caso de ocorrência, se as disposições contidas no § 1º, do artigo 25, da LRF foram observadas.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>NOTA:</b> Conforme análise documental, não foram realizadas transferências voluntárias na Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES em 2025.						
2.4.3	Dívida pública - originalmente superior ao limite - redução do valor excedente	Processos administrativos de 2025 da Câmara Municipal.	Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, art. 4º, inciso I.	Avaliar se a dívida consolidada líquida do Estado/Município, no final do exercício de <b>2001</b> , excedia os limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, respectivamente e, em caso positivo, verificar se o valor excedente está sendo reduzido à razão de 1/15 (um	R\$ 0,00	R\$ 0,00



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

quinze avos) por  
exercício.**NOTA:** NÃO temos Dívida Pública na Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES.**2.5. Gestão Previdenciária**

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.5.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.	Empenhos: - 5, 38 e 66 - Ágape Assessoria e Consultoria Ltda - EPP - 2 - Gilmar Supermercado Ltda - 138 - 1Doc - 4, 61, 262, 285, 328 e 367 - Carlos Alberto chraiber  Vr total dos Empenhos: R\$ 72.251,30	LC 116/2003, art. 6º; Lei 8.212/1991; Dec. 3.000/1999; Lei Local.	Avaliar se foram realizadas as retenções na fonte e o devido recolhimento, de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas jurídicas contratadas pela administração pública.	Empenhos: - 5, 38 e 66 - Ágape Assessoria e Consultoria Ltda - EPP - 2 - Gilmar Supermercado Ltda - 138 - 1Doc - 4, 61, 262, 285, 328 e 367 - Carlos Alberto chraiber  Vr total de Empenhos: R\$ 72.251,30	Empenhos: - 5, 38 e 66 - Ágape Assessoria e Consultoria Ltda - EPP - 2 - Gilmar Supermercado Ltda - 138 - 1Doc - 4, 61, 262, 285, 328 e 367 - Carlos Alberto chraiber  Vr total de Empenhos: R\$ 72.251,30

**NOTA** - As retenções na fonte e o recolhimento dos impostos devidos pelas pessoas jurídicas contratadas pelo Poder Legislativo, bem como os valores referentes a Previdência Social, foram realizadas, conforme relatórios mensais de empenhos, liquidações e pagamentos.



2.5.2	Base de cálculo de contribuições RPPS	Sem dados a verificar	CRFB/88, art. 40 e 195; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º.	Verificar a existência de u-ma base de contribuição regulamentada no ente e se contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando essa base de cálculo.	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>NOTA - NÃO</b> temos Regime Próprio de Previdência Social no município. Seguimos as regras do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). As contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas respeitando as devidas bases de cálculo.						
2.5.4	Alíquota de contribuição - Recolhimento	Pagamentos ao INSS: <u>Parte Patronal</u> (21%): Pagamentos nºs: 24, 25, 74, 115, 180, 181, 225, 226, 275, 323, 376, 432, 488, 560, 594, 646 <u>Parte dos Segurados</u> (variável, de acordo com a faixa salarial): Pagamentos nºs: 26, 73, 114, 179,	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, arts. 1º e 3º.	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	Patronal: R\$ 338.852,93  Segurados: R\$ 155.400,77	Patronal: R\$ 338.852,93  Segurados: R\$ 155.400,77



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJEIRA DA TERRA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL  
224, 274, 322,  
377, 431, 487,  
559, 593, 645

**NOTA -** NÃO temos Regime Próprio de Previdência Social no município. Seguimos as regras do Instituto Nacional do Seguro Social e obedecemos às alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.

2.5.5	Guia de recolhimento de contribuições previdenciárias	Sem dados a verificar nos 12 meses	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998 art. 1º.	Verificar a existência de e-missão de guia de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas ao <b>RPPS</b> , nas unidades gestoras.	Sem dados a verificar	Sem dados a verificar
-------	---	------------------------------------	---	--	-----------------------	-----------------------

**NOTA -** As guias de recolhimento de contribuições previdenciárias mensais ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) são enviadas ao e-Social e Receita Federal do Brasil (RFB) - via DCTFWeb/e-CAC por esta Casa de Leis. Não temos contribuições previdenciárias devidas ao RPPS.

2.5.7	Servidores cedidos	Sem dados a verificar nos 12 meses	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998 art. 1º; Portaria MTP 1.467/22, art. 4º, inc. I, 19 e 24	Verificar se o RPPS é cientificado formalmente ou é parte do contra-to/termo de cessão de servidores.	Sem dados a verificar	Sem dados a verificar
-------	--------------------	------------------------------------	---	---	-----------------------	-----------------------

**NOTA -** A Câmara não cedeu nenhum de seus 6 servidores efetivos a outro órgão e o município não possui Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários - Autorização Legal	Sem dados a verificar nos 12 meses	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º; Portaria MTP 1.467/2022, art. 14 a 17.	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada.	Sem dados a verificar	Sem dados a verificar
--------	---	------------------------------------	---	---	-----------------------	-----------------------

**NOTA -** Não ocorreu no período em questão. Sem dados a verificar.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

2.5.26	Censo Atuarial	Sem dados a verificar nos 12 meses	Lei 10.887/2004, art. 3º. Portaria MTP 1.467/2022, art. 47.	Verificar se o ente realiza censo atuarial de todos os servidores ativos, aposen-tados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessá-rios para manutenção de base de dados adequada.	Sem dados a verificar	Sem dados a verificar
--------	----------------	------------------------------------	--	---	-----------------------	-----------------------

**NOTA:** Não houve, tendo em vista que somos regidos pelo RGPS.

2.5.37	Registro de Admissões	Pastas funcionais dos 6 servidores efetivos da CM	CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de regis-tro.	6 servidores efetivos	6 servidores efetivos
--------	-----------------------	---	--	--	-----------------------	-----------------------

**NOTA:** Todos os 06 (seis) servidores admitidos através de Concurso Público realizado em 2006 foram devidamente registrados no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. Não foi realizado outro concurso depois de 2006.

## 2.6. Demais atos de gestão

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
2.6.1	Pessoal - função de confiança e cargos em comissão	Leis específicas e Folhas de Pagamento de Janeiro a	CRFB/88, art. 37, Inciso V.	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão se	Resolução 02/2011, alterada pelas resoluções 01/2012, 03/2019, 04, 05	Resolução 02/2011, alterada pelas resoluções 01/2012, 03/2019, 04, 05 e 06/2023, 4/2025



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

Dezembro de  
2025

destinam apenas às  
atribuições de direção,  
chefia e  
assessoramento.

e 06/2023,  
4/2025

**NOTA** - Em 2025, os cargos em comissão eram os de Secretário Geral da Câmara (01), Auxiliar Parlamentar (03) e Assessor do Presidente (01), destinando-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento. O Cargo de Controlador Geral Interno (função de confiança) foi exercido por servidora ocupante de cargo efetivo.

2.6.2 Pessoal - função de  
confiança e cargos  
em comissão

Leis  
específicas e  
Folhas de Pa-  
gamento de ja-  
neiro a dezem-  
bro de 2025.

Legislação específica  
do órgão.

Nos órgãos que  
dispõem de lei  
específica discipli-  
nando condições e per-  
centual mínimo dos  
cargos em comissão a  
serem pre-enchidos por  
servidores de carreira,  
avaliar se a legislação  
específica está sendo  
observada.

Resolução  
02/2011,  
alterada pelas  
resoluções  
01/2012,  
03/2019, 04, 05  
e 06/2023,  
4/2025

Resolução  
02/2011, alterada  
pelas resoluções  
01/2012,  
03/2019, 04, 05 e  
06/2023, 4/2025

**NOTA** - A Lei foi cumprida conforme o que dispõe a Estrutura Administrativa, Organizacional e Funcional da Câmara Municipal de Laranja da Terra/ES.

2.6.3 Pessoal -  
contratação por  
tempo determi-nado

Sem dados a  
verificar

CRFB/88, art. 37,  
inciso IX.

Avaliar a legislação  
espe-cífica do órgão  
discipli-nando a  
contratação por tempo  
determinado ob-  
servando se as  
contrata-ções  
destinam-se ao aten-  
dimento de  
necessidade temporária  
e de excep-cional  
interesse público.

R\$ 0,00

R\$ 0,00



<b>NOTA - NÃO</b> foram realizadas contratações por tempo determinado em 2025.							
2.6.4	Pessoal - teto	Folhas de Paga-mento de janei-ro a dezembro de 2025.	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remune-ratório dos servidores púb-licos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	R\$ 1.624.378,52	R\$ 1.624.378,52	
NOTA - O teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão (que tem por parâmetro o subsídio do Prefeito estipulado em R\$ 15.408,40 (quinze mil, quatrocentos e oito reais e quarenta centavos) por meio da Lei nº 1.111, de 28 de junho de 2024, atualizado para R\$ 16.256,26 por meio da lei 1.137 de 16 de maio de 2025), obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.							
2.6.5	Realização de despesas sem previsão em lei específica	Folhas de Paga-mento de Janei-ro a Dezembro de 2025.	CRFB/88, art. 37, caput.	Avaliar se houve paga-mento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados por lei específica.	R\$ 1.624.378,52	R\$ 1.624.378,52	
<b>NOTA - NÃO</b> houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizadas por lei específica.							
2.6.6	Dispensa e inexigibili-dade de licitação	Empenhos rea-lizados em 2025, exceto os de vencimentos e vantagens fixas e obrigações pa-tronais.	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexigi-bilidade de licitação ob-servaram as disposições contidas na Lei de Licitações.	Dispensa de Licitação: R\$ 258.698,41  Inexigibilidade: R\$ 23.035,99	Dispensa de Licitação: R\$ 258.698,41  Inexigibilidade: R\$ 23.035,99	



**NOTA** - As contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação realizadas em 2025 observaram as disposições contidas nas Leis de Licitações, principalmente quanto a seleção das propostas aptas a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, conjugando a vantagem econômica da proposta com a satisfação do mínimo de qualidade de que necessita a Administração. Mas, é preciso observar particularidades nesses tipos de contratações, principalmente quanto a aplicação da NLLC (Lei 14133/2021).

## **2.7. Gestão de Pessoas (Folha de Pagamento e Atos de Pessoal)**

### **2.7.1. Folha de Pagamento**

<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Selecionada</b>
2.7.1.1	Resolutividade das in-consistências indicativas informadas na remessa de dados da folha de pagamento (PCF)	Remessas de dados da folha de pagamento (PCF)	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	TC Verificar quais foram as providências tomadas com relação às ocorrências indicativas informadas pelo CidadES Folha de Pagamento (PCF) ainda pendentes.	Folhas de Pagamento de janeiro a dezembro de 2025.  R\$ 1.624.378,52	Folhas de Pagamento de janeiro a dezembro de 2025.  R\$ 1.624.378,52

**NOTA** - As recomendações sempre foram no sentido de que se resolvessem as inconsistências, quer fossem impeditivas, quer fossem indicativas. Para 2025, houve orientação para que todas as inconsistências indicativas fossem corrigidas quando do envio dos dados ao Sistema Cidades Folha de Pagamento.

2.7.1.2	Resolutividade dos pontos de controle existentes na remessa de dados da folha de pagamento (PCF)	Remessas de dados da folha de pagamento (PCF)	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	TC Verificar quais foram as providências tomadas com relação aos 'Pontos de Controle' informados pelo CidadES Folha de Pagamento (PCF) ainda pendentes.	Folhas de Pagamento de janeiro a dezembro de 2025.  R\$ 1.624.378,52	Folhas de Pagamento de janeiro a dezembro de 2025.  R\$ 1.624.378,52
---------	--	---	--	--	--	--

**NOTA** - As recomendações sempre foram no sentido de que sejam avaliados e devidamente acertados. Para 2025, houve orientação para maior observação e dedicação quando do envio dos dados ao Sistema Cidades Folha de Pagamento.





## CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

2.7.2. Atos de Pessoal						
2.7.2.1	Registro de Admissões - envio ao TCE	Pastas funcionais de servidores efetivos	CRFB/88, art. 71, inc. III; IN TC nº 38/2016	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de re-gistro	Sem dados a analisar	Sem dados a analisar

**NOTA** - As admissões de servidores efetivos provenientes do Concurso realizado em 2006 já foram encaminhadas ao TCE para fins de registro. Desde então não houve admissão de outros servidores efetivos.

2.7.2. Atos de Pessoal						
2.7.2.2	Registro de Admissões - apreciação do contro-le interno	Pastas funcionais de servidores efetivos	CRFB/88, art. 71, inc. III; IN TC nº 38/2016.	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo submetidos à a-apreciação do controle in-terno por meio de emis-são de parecer.	Sem dados a analisar	Sem dados a analisar

**NOTA** - As admissões de servidores efetivos provenientes do Concurso realizado em 2006 já foram encaminhadas ao TCE para fins de registro. Desde então não houve admissão de outros servidores efetivos, de maneira que não houve necessidade de apreciação do Controle Interno para emissão de pareceres.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

## **2 - Análises/verificações e outros procedimentos realizados**

Considerando as análises realizadas no decorrer do exercício, no âmbito dos pontos de controle definidos pela legislação vigente e pelas orientações emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, esta Controladoria priorizou a verificação do cumprimento dos limites constitucionais e legais, da regularidade da execução orçamentária e da conformidade das despesas com pessoal, por se tratarem de áreas de maior relevância e impacto no orçamento do Poder Legislativo.

No exercício em análise, foi realizada a Ação de Auditoria nº 01/2025, destinada à verificação de dados e informações para a composição da Prestação de Contas Anual - PCA 2024, não sendo constatadas irregularidades capazes de comprometer a fidedignidade das informações encaminhadas.

Os acompanhamentos periódicos foram formalizados por meio de relatórios técnicos trimestrais, devidamente protocolizados, submetidos à apreciação da Presidência e publicados no sítio eletrônico oficial, em observância aos princípios da publicidade e transparência. Foi igualmente elaborado o Relatório Anual de Controle Interno, consolidando as atividades desenvolvidas, bem como as recomendações e orientações expedidas ao longo do exercício.

Os Relatórios de Gestão Fiscal foram publicados no Portal da Transparência, no átrio do Poder Legislativo e no Diário Oficial da AMUNES, atendendo às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Registra-se que a Câmara Municipal não dispõe de cargo efetivo de Auditor Interno, circunstância que impõe limitações estruturais às atividades de auditoria, sem, contudo, comprometer o regular desempenho das atribuições do Sistema de Controle Interno.

No período analisado, não foram realizados procedimentos licitatórios. Houve adesão a Ata de Registro de Preços para aquisição de veículo zero quilômetro. Os contratos firmados para aquisição de bens e serviços foram devidamente instruídos, submetidos à análise da Procuradoria e Assessoria Jurídica e formalizados em conformidade com a legislação vigente.

Destaca-se a necessidade de capacitação contínua dos servidores que atuam na área de contratações públicas, especialmente diante da plena vigência da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos).

Quanto aos registros contábeis, verificou-se conformidade das informações apresentadas, tendo sido identificados apenas equívocos formais de digitação nos históricos contábeis, sem reflexos nos demonstrativos financeiros ou prejuízo ao erário.

Apesar das dificuldades, consideramos satisfatórios os resultados alcançados, cuja flutuação do percentual de execução entendemos estar dentro da normalidade.

Diante do exposto, esta Controladoria manifesta-se pela regularidade da gestão no exercício analisado, ressalvadas as recomendações de caráter preventivo e orientativo constantes nos relatórios técnicos, entendendo que os atos



**CÂMARA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CASA LEGISLATIVA MUNICIPAL WALDEMIRO SEIBEL

praticados observaram, de modo geral, os princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, publicidade e eficiência.

Reforçamos que, gerir as contas públicas de forma eficiente e transparente, zelando pelo equilíbrio fiscal e pela qualidade dos gastos públicos foi objetivo constante em 2025.

**3 - Tomadas de Contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos instaurados na UG.**

Não ocorreu a instauração de Tomadas de Contas Especiais no exercício em questão.

Laranja da Terra, 11 de março de 2026.

**VERUSKA PEDRO**  
Controladora Geral Interna